

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	5
AGRADECIMENTOS .....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	13
1. INTRODUÇÃO .....	19
1.1. Sobre a temática do trabalho: para além da inconstitucionalidade da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	19
1.2. Os casos que inspiraram a pesquisa .....	22
1.2.1. Caso 1.....	23
1.2.2. Caso 2.....	23
1.2.3. Caso 3.....	24
2. O MODELO BRASILEIRO DE RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA.....	27
2.1. A positivação da responsabilidade penal da pessoa jurídica no Brasil e o modelo adotado .....	27
2.2. A responsabilidade penal da pessoa jurídica por fato alheio .....	34

2.3. O julgamento do recurso extraordinário nº 548.181/PR e o que podemos dele extrair .....	38
2.3.1. O caso objeto de apreciação .....	38
2.3.2. A questão da dupla imputação na visão da primeira turma do STF .....	42
2.3.3. O cenário prático após o julgamento e principais críticas .....	48
2.4. Resultados parciais .....	52
<b>3. OS PRESSUPOSTOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA PREVISTOS NO ARTIGO 3º DA LEI Nº 9.605/98.....</b>	<b>55</b>
3.1. Considerações iniciais sobre as pessoas jurídicas destinatárias do artigo 3º da LCA e os tipos societários relevantes para a pesquisa .....	55
3.2. O modelo brasileiro e a dependência da conduta humana .....	58
3.3. Primeiro pressuposto: infração penal como conduta típica, antijurídica e culpável?.....	60
3.4. Segundo pressuposto: infração penal praticada por decisão de representante legal ou contratual ou de órgão colegiado da empresa .....	67
3.4.1. Os sujeitos relevantes: representante legal, contratual ou órgão colegiado da pessoa jurídica..	68
3.4.1.1. Sobre o representante legal .....	68
3.4.1.2. Sobre o representante contratual .....	71
3.4.1.3. Sobre o órgão colegiado .....	74
3.4.1.4. O administrador de fato diante dessas definições .....	76
3.4.2. A “decisão” do representante legal, contratual ou órgão colegiado para fins do artigo 3º, <i>caput</i> , da LCA e suas formas válidas .....	79

3.4.2.1. O silêncio como forma de decisão? .....	86
3.4.2.2. A abstenção de voto como forma de decisão.....	89
3.4.2.3. A decisão deve ser atribuível à pessoa jurídica .....	89
3.5. Terceiro pressuposto: infração penal praticada no interesse ou benefício da pessoa jurídica .....	95
3.6. Resultados parciais .....	99
<b>4. SOCIEDADE ANÔNIMA E LIMITADA: A DIFERENÇA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DECISÓRIA</b>	<b>103</b>
4.1. Considerações iniciais.....	103
4.2. Estrutura organizacional das sociedades anônimas	104
4.2.1. Assembleia geral .....	107
4.2.2. Conselho fiscal .....	110
4.2.3. Conselho de administração (órgão colegiado)..	112
4.2.4. Diretoria (representantes legais).....	114
4.2.5. Administração compartilhada e departamentalizada .....	114
4.2.6. Outorga de poderes pela diretoria.....	116
4.2.7. Dever de diligência e outros deveres dos administradores perante os acionistas .....	116
4.3. Estrutura organizacional das sociedades limitadas.	118
4.3.1. Assembleia geral e reunião de sócios .....	120
4.3.2. Conselho fiscal .....	121
4.3.3. Conselho de Administração (órgão colegiado).	122
4.3.4. Diretoria e administração compartilhada e departamentalizada (representantes legais) .....	123

4.3.5. Outorga de poderes pela diretoria.....	124
4.3.6. Deveres dos administradores das sociedades limitadas perante os quotistas.....	125
4.4. Estrutura de gestão das sociedades anônimas e limitadas, deveres dos administradores e seus reflexos na responsabilidade penal da pessoa jurídica ..	125
4.5. Resultados parciais .....	131
5. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE SOLUÇÃO DOS CASOS À LUZ DOS CONCEITOS E DISCUSSÕES POSTAS....	133
5.1. Caso 1 .....	135
5.2. Caso 2 .....	136
5.2.1. Caso 2 – Variante 1 .....	136
5.3. Caso 3 .....	137
5.3.1. Caso 3 – Variante 1 .....	138
REFERÊNCIAS .....	139